

DECRETA SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA E ESTABELECE MEDIDAS COMPLEMENTARES À PREVENÇÃO DA DISSEMINAÇÃO DO NOVO CORONAVÍRUS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE NICOLAU VERGUEIRO/RS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Nicolau Vergueiro/RS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 15, II e artigo 67, IV da Lei Orgânica do Município, e pelo inciso VI, do Art. 8 da Lei Federal nº. 12.608 de 10 de abril de 2012;

Considerando os avanços da pandemia do COVID-19 (Coronavírus) e os recentes protocolos emitidos pela Organização Mundial de Saúde, pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria Estadual de Saúde e pelo Centro de Operações de Emergências;

Considerando o disposto no art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

Considerando o disposto na Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde;

Considerando a necessidade da adoção de medidas imediatas visando a contenção da propagação do vírus em resposta à emergência de saúde pública prevista no art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

Considerando a responsabilidade da Prefeitura Municipal em resguardar a saúde de toda a população que acessa os inúmeros serviços e eventos disponibilizados no Município;

Considerando o compromisso da Prefeitura em evitar e não contribuir com qualquer forma para propagação da infecção e transmissão local da doença;

Considerando as dinâmicas do avanço da epidemia no país e no mundo, bem como a situação singular do Estado, cujo período de inverno acentua a probabilidade de contágio;

Considerando que o Governador do Estado do Rio Grande do Sul publicou Decreto nº. 55.128/2020, que declara Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul, para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo coronavírus);



DECRETA:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica decretada situação de calamidade pública do Município de Nicolau Vergueiro/RS, para o enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19).

Art. 2º - São estabelecidas, em complementação ao disposto nos Decretos Municipais nºs 3.132/2020 e 3.134/2020, novas medidas emergenciais de prevenção da transmissão do novo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do território do Município de Nicolau Vergueiro/RS.

Parágrafo Único - Além do disposto neste Decreto, deverão ser observadas e asseguradas as determinações e proibições contidas no Decreto Estadual nº 55.128 de 19 de março de 2020, editado pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, bem como suas alterações.

CAPÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 3º - O atendimento ao público externo de todas as Secretarias e Órgãos do Poder Executivo Municipal de Nicolau Vergueiro/RS deverão atender aos dispositivos e normas expedidas no Decreto Municipal nº. 3.134/2020.

CAPÍTULO III DOS ESTABELECIMENTOS EMPRESARIAIS Seção I Dos Restaurantes, Bares e Lancherias

Art. 4º - Os estabelecimentos restaurantes, lanchonetes, padarias, lojas de conveniência e refeitórios, poderão se manter em atividade para venda de alimentos e bebidas apenas na modalidade de entrega em domicílio (telentrega) ou retirada no local de alimentos prontos e embalados e bebidas lacradas, sendo vedado o consumo no local do estabelecimento;

§ 1º - o funcionamento de restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos congêneres no interior de hotéis, pousadas e similares poderá ser mantido para atendimento exclusivo aos hóspedes, sendo vedado o atendimento ou venda de alimentos ao público, excetuada a situação contida no *caput* deste artigo;

§ 2º - Os estabelecimentos que adotarem a modalidade descrita no *caput* deste artigo deverão adotar as seguintes medidas de higienização e prevenção da disseminação do COVID-19:

I – higienizar, preferencialmente após cada utilização ou, no mínimo, a cada 3 (três) horas, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, os pisos, paredes e forro, preferencialmente com água sanitária ou produto equivalente;

II – higienizar, a cada 3 (três) horas, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, os pisos, paredes, forro e banheiro, preferencialmente com água sanitária ou produto equivalente;



Art. 9º - Fica proibida a abertura e o funcionamento de bancos e instituições financeiras, sendo permitido o atendimento através de caixa eletrônico e aplicativos, ou seja, qualquer outro meio que não exige atendimento presencial ao público.

Parágrafo Único: Ficam os gerentes destes estabelecimentos autorizados a instituir o sistema de funcionamento administrativo, sem aglomeração de pessoas, podendo ser por meio de atendimento agendado, quando a situação for de extrema urgência, tais como situações inadiáveis como encaminhamentos de proagro; os saques de proventos de aposentadoria, quando não puder ser via caixa eletrônico, poderá ser oportunizado auxílio dos colaboradores da instituição financeira, na forma legal, adequada e segura.

Art. 10 – Os serviços de manutenção, de reparos ou de consertos de veículos, pneumáticos, elevadores e de outros equipamentos essenciais ao transporte, à segurança e à saúde, bem como à produção, industrialização e transporte de alimentos e produtos de higiene, poderão funcionar somente com as portas fechadas, internamente, sem atendimento ao público e sem aglomeração de funcionários, ou atendimento à domicílio, tendo em vista ser serviço essencial.

Art. 11 - As filas para atendimento deverão ser evitadas e, se caso ocorram, deverão observar distância mínima de 2m (dois metros) por pessoa.

Seção III

Das Academias, Centros de Tradições Gaúchas, Clubes, Estabelecimentos

Religioso e Entidades de Representação Sindical

Art. 12 - Fica vedado o funcionamento de academias, centros de treinamento, centros de ginástica, clubes e centros de tradições gaúchas, igrejas, templos ou similares e entidades de representação sindical independentemente de aglomeração de pessoas.

CAPÍTULO IV

DAS RESTRIÇÕES A EVENTOS E ATIVIDADES EM LOCAIS PÚBLICOS

Seção I

Dos Eventos

Art. 13 - Ficam cancelados todo e qualquer evento realizados em local fechado, independentemente da sua característica, condições ambientais, tipo do público, duração, tipo e modalidade do evento.

Art. 14 - Ficam cancelados os eventos realizados em local aberto que tenham aglomeração prevista com mais de 50 (cinquenta) pessoas independentemente da sua característica, condições ambientais, tipo do público, duração e tipo do evento.



III – manter à disposição em locais estratégicos, álcool em gel 70% (setenta por cento), para utilização dos funcionários do local;

IV – manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos) e, obrigatoriamente, manter pelo menos uma janela externa aberta ou qualquer outra abertura, contribuindo para a renovação de ar;

V – manter disponível kit completo de higiene de mãos nos sanitários, utilizando sabonete líquido, álcool em gel 70% (setenta por cento) e toalhas de papel não reciclado.

Seção II

Do Comércio e Serviços em Geral

Art. 5º - Ficam suspensas as atividades de estabelecimentos do comércio e serviços em geral, exceto os descritos na Seção I (restaurantes e lancherias), bem como os considerados de natureza essencial, conforme segue:

I – tratamento e abastecimento de água;

II – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;

III – assistência médica e hospitalar;

IV – distribuição e comercialização de medicamentos e gêneros alimentícios, tais como farmácias, supermercados, mercados e minimercado;

V – serviços funerários;

VI – captação e tratamento de esgoto e coleta lixo;

VII – telecomunicações;

VIII – processamento de dados ligados a serviços essenciais;

IX – Brigada Militar;

X – imprensa em geral; e

Art. 6º - Os estabelecimentos descritos no artigo 5º deste Decreto deverão adotar as seguintes medidas cumulativas:

I – higienizar, a cada 3 (três) horas, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, as superfícies de toque (corrimão de escadas, maçanetas, portas, inclusive de elevadores, trinco das portas de acesso de pessoas, carrinhos, etc.), preferencialmente com álcool em gel 70% (setenta por cento) e/ou água sanitária ou com produto equivalente;


II – higienizar, preferencialmente após cada utilização ou, no mínimo, a cada 3 (três) horas, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades, os pisos, paredes e banheiro, preferencialmente com álcool em gel 70% (setenta por cento) e/ou água sanitária ou produto equivalente;

III – manter à disposição e em locais estratégicos, álcool em gel 70% (setenta por cento), para utilização dos clientes e pacientes e funcionários do local; e

IV – manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos) e, quando possível, manter pelo menos uma janela externa aberta, contribuindo para a renovação de ar.

Art. 7º - O funcionamento dos estabelecimentos autorizados deve ser realizado com equipes reduzidas e com restrição ao número de pessoas presentes concomitantemente, como forma de controle da aglomeração de pessoas.

Art. 8º - O funcionamento de clínicas médicas, odontológicas e estéticas deverá ser realizado, com agendamento e atendimento individualizado, sem a presença de acompanhante, se possível, realizado com equipes reduzidas e com restrição ao número de clientes e paciente, concomitantemente, como forma de controle de aglomeração de pessoas.



Seção II
Da Biblioteca, Casa da Cultura, Parques e Feiras

Art. 15 - Ficam suspensas as atividades nos estabelecimentos de Biblioteca, Casa da Cultura, Parques e Feiras, independentemente de aglomeração de pessoas.

CAPÍTULO V
DAS MEDIDAS DE HIGIENIZAÇÃO EM GERAL

Art. 15 - Os órgãos e repartições públicas, os locais privados com fluxo superior a 20 (vinte) pessoas de forma simultânea, deverão adotar as seguintes medidas ao público em geral:

I – disponibilizar álcool em gel 70% (setenta por cento), nas suas entradas e acessos de pessoas; e

II – disponibilizar toalhas de papel descartável.

Parágrafo único - Os locais com acesso disponibilizarão informações sanitárias visíveis sobre higienização de mãos e indicarão onde é possível realizá-la.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 - Em caso de descumprimento das determinações deste Decreto, aplicam-se as penalidades previstas no Código Tributário Municipal.

Art. 18 - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 19 - Eventuais exceções às regras tratadas neste Decreto deverão ser avaliadas e autorizadas pelo Prefeito Municipal.

Art. 20 - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor no dia 23 de março de 2020, com prazo de vigência indeterminado.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NICOLAU VERGUEIRO
Aos 23 dias do mês de março de 2020.


GERALDO ANTÔNIO MUNIZ
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:



MARCOS ANTÔNIO SCHENA
Responsável pelo Registro e Publicação

Prefeitura de Nicolau Vergueiro/RS	
Certifico que este documento foi publicado no Mural Oficial desta Prefeitura, sendo afixado em	
23	de março de 2020 e retirado
em	de
em	23 de março de 2020
	
Servidor Responsável	